

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2013

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2014, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 25 de março de 2014.



Antonio Luis Parkinson de Castro



Paulo Roberto Dela Martã



Traugott Gehring



Firmino Mauro Custódio



Horst Kinter



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aldeias Infantis SOS Brasil (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Aldeias Infantis SOS Brasil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.941.975	2.626.128	Fornecedores		110.359	142.161
Recursos vinculados a projetos	5	3.332.396	1.149.379	Salários, férias e encargos a pagar	13	1.785.848	1.636.271
Heranças e legados	6	-	2.211.833	Impostos e obrigações a recolher		38.359	36.886
Subsídios governamentais	7	-	550.553	Subsídios governamentais	14	3.327.896	1.219.379
Venda de ativos a receber	8	1.300.000	-	Receita diferida	15	869.723	313.958
Outros créditos		420.374	399.489	Outras contas a pagar		108.033	214.681
Ativos mantidos para venda	9	316.101	1.246.784				
		<u>8.511.046</u>	<u>8.184.166</u>			<u>6.240.218</u>	<u>3.563.336</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		450.943	441.371	Contas de poupança - aportes de padrinhos	10	2.420.793	2.488.363
Contas de poupança - aportes de padrinhos	10	2.420.793	2.488.363	Receita diferida	15	6.495.825	7.346.405
Propriedades para investimentos	11	1.429.419	1.429.419	Provisão para contingências	16	1.797.595	1.827.958
Imobilizado	12	19.184.337	20.209.621	Outras contas a pagar		273.748	-
		<u>23.485.492</u>	<u>24.568.774</u>			<u>10.987.961</u>	<u>11.662.726</u>
				Patrimônio líquido			
				Superávit acumulado	17	14.768.359	17.526.878
		<u>31.996.538</u>	<u>32.752.940</u>			<u>31.996.538</u>	<u>32.752.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Receitas			
Doações internacionais	19	18.623.571	16.974.822
Subsídios governamentais	19	9.720.203	7.214.507
Doações nacionais	19	3.082.929	8.368.593
Aluguéis	11	850.963	631.350
		<u>32.277.666</u>	<u>33.189.272</u>
(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	20	(18.550.856)	(19.017.493)
Despesas gerais e administrativas	21	(16.423.595)	(14.788.093)
Depreciação		(831.854)	(850.723)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	462.613	575.384
		<u>(35.343.692)</u>	<u>(34.080.925)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(3.066.026)</u>	<u>(891.653)</u>
Despesa financeira		(65.951)	(63.686)
Receita financeira	23	373.458	266.559
Resultado financeiro		<u>307.507</u>	<u>202.873</u>
Resultado do exercício		<u>(2.758.519)</u>	<u>(688.780)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Resultado do exercício	<u>(2.758.519)</u>	<u>(688.780)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.758.519)</u></u>	<u><u>(688.780)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Superávit acumulado
Saldos em 31 de dezembro de 20101	18.215.656
Resultado do exercício	<u>(688.780)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.526.878
Resultado do exercício	<u>(2.758.519)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>14.768.359</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.758.519)	(688.780)
Ajustes por		
Depreciação	837.931	850.723
Valor residual do ativo permanente baixado	1.870.105	294.102
(Redução) aumento em provisões para contingências	(30.363)	272.288
	<u>(80.846)</u>	<u>728.333</u>
(Aumento) redução em ativos		
Recursos vinculados a projetos	(2.183.017)	(509.293)
Heranças e legados	2.211.833	(2.211.833)
Outros créditos	(1.521.088)	(109.333)
Depósitos judiciais	(9.572)	(12.125)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	(31.802)	74.046
Salários, encargos e férias a pagar	149.577	178.414
Subsídios governamentais	2.659.070	(64.551)
Impostos e obrigações a recolher	1.473	19.755
Outras contas a pagar	167.103	(7.126)
Receita diferida	(294.815)	1.013.821
Caixa líquido proveniente das (empregadas nas) atividades operacionais	<u>1.067.916</u>	<u>(899.892)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(752.069)	(1.483.396)
Caixa líquido empregado nas atividades de investimento	<u>(752.069)</u>	<u>(1.483.396)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>315.847</u>	<u>(2.383.288)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.626.128	5.009.416
No fim do exercício	<u>2.941.975</u>	<u>2.626.128</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>315.847</u>	<u>(2.383.288)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil (“Associação” ou “Aldeias”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 – Vila Mariana – São Paulo – SP. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários) e/ou sócios nacionais e estrangeiros.

Em 2013, a Administração realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais gerando receitas no exercício no valor de R\$ 9.720.203, com objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 2012, a Associação era composta por 16 Aldeias SOS Brasil, constituídas, principalmente, por Casas Lares (“Aldeias”), Centros Sociais e Centros Comunitários.

Em 2013 foram inauguradas duas novas Aldeias nas cidades de Natal-RN e Rio Claro-SP, totalizando 18 Aldeias SOS em dezembro de 2013.

Abaixo segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

		Atendidos					
Estado	Cidade	Aldeia	Jovens assistidos	Centro social	Centro comunitário	Atendidos indiretos	Total
AM	Manaus	56	-	150	-	34	240
BA	Lauro Freitas	20	-	100	-	154	274
DF	Brasília	23	-	-	-	-	23
MG	Juiz de Fora	63	-	133	50	49	295
PB	João Pessoa	30	-	150	-	93	273
PR	Goioerê	26	-	184	-	100	310
PR	Foz do Iguaçu	48	-	-	-	-	48
RJ	Jacarepaguá	25	-	235	-	-	260
RN	Caicó	32	-	674	-	302	1.008
RN	Natal	37	-	-	-	-	37
RS	Santa Maria	27	-	180	-	79	286
RS	Porto Alegre	50	-	122	-	110	282
SP	Poá	51	-	239	-	39	329
SP	São Bernardo do Campo	26	-	163	-	45	234
SP	Rio Bonito	34	-	330	159	10	533
SP	Campinas	45	-	71	-	16	132
SP	Rio Claro	72	-	-	-	-	72
SE	Aracaju	-	-	124	-	36	160
AL	Maceió	-	-	93	-	-	93
PE	Igarassu	70	-	303	-	200	573
Total em 2013		735	-	3.251	209	1.267	5.462
Total em 2012		950	58	2.425	2.745	2.390	8.568

Conforme demonstrado acima, em 2013 houve uma queda no número de atendidos em função do realinhamento realizado em todas as localidades com foco na sustentabilidade a longo prazo.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 21 de março de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) Ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo;
- (b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12** - Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- **Nota 16** - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados à valor justo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo pela Associação. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão da Associação utilizar o custo como base para contabilização. Desta forma o valor justo é divulgado somente em nota explicativa conforme permitido pela norma contábil vigente.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Associação não há benefícios que nos indique necessidade de se constituir um passivo atuarial, bem como não possui qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

h. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores, são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

i. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui 4 principais tipos de receita: receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na CPC 07 (R1) subvenções governamentais, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a no passivo circulante.
- **Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve atividades de trabalho voluntário.

j. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras e o ganho na alienação de ações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Associação não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	685.282	953.920
Aplicação financeira	<u>2.256.693</u>	<u>1.672.208</u>
	<u>2.941.975</u>	<u>2.626.128</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação, composto por títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são remuneradas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Aplicações financeiras	<u>3.332.396</u>	<u>1.149.379</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Vide nota explicativa 14.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Heranças e legados

	2013	2012
Heranças e legados	<u>-</u>	<u>2.211.833</u>

No exercício de 2012, a Associação recebeu uma comunicação referente ao recebimento de uma doação por meio de testamento deixado por uma pessoa física o valor de R\$ 5.209.248, recebendo o valor de R\$ 2.997.415 durante o exercício de 2012. Em fevereiro de 2013, a Associação recebeu o restante dos recursos relacionados a essa doação no valor de R\$ 2.211.833.

Adicionalmente, a Associação já foi comunicada sobre a existência de outros dois processos de herança em que a Aldeias será beneficiada futuramente. Estes processos ainda encontram-se em fase de análise e apuração de valores. Desta forma, não é possível estimar os valores que serão recebidos pela Aldeias bem como o prazo de recebimento, motivo pelo qual nenhuma provisão ativa sobre esse assunto foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

7 Subsídios governamentais

	2013	2012
Subsídios governamentais	<u>-</u>	<u>550.553</u>

Para o projeto de Caicó (localizado em Natal-RN), executado com o subsídio da Prefeitura de Natal, o contrato firmado em abril de 2012 previa que os gastos com o projeto seriam reembolsados somente após o envio da prestação de conta.

O saldo apresentado no ativo circulante em 2012 referia-se aos gastos já incorridos com o convênio que seriam reembolsados pela Prefeitura. A prestação de contas deste saldo foi realizada pela Associação em dezembro de 2012, e o valor foi reembolsado pela Prefeitura Municipal de Caicó em janeiro de 2013.

8 Venda de ativos a receber

Em 2013 foram vendidos um terreno no Horto Florestal - SP no valor de R\$ 1.500.000 sendo recebido R\$ 500.000 no ato e R\$ 1.000.000 a ser recebido em fevereiro de 2014, e uma casa no Município de Poá - SP no valor de R\$ 750.000 recebido no ato R\$ 250.000 e R\$ 500.000 a ser recebido quanto da entrega da escritura. O valor do ganho nessa alienação foi registrado no grupo de outras receitas operacionais.

	2013	2012		
Terreno no Horto Florestal	1.000.000	-		
Casa no Município de Poá - SP	500.000	-		
	1.500.000	-		
	Valor Custo	Valor residual	Valor Venda	Ganho
Terreno no Horto Florestal	1.250.000	1.250.000	1.500.000	250.000
Casa no Município de Poá - SP	16.755	-	750.000	750.000
	1.266.755	1.250.000	2.250.000	1.000.000

9 Ativos mantidos para venda

Em outubro de 2013 a Prefeitura do Rio de Janeiro desapropriou um imóvel da Associação comprometendo-se a efetuar o pagamento da indenização sobre a desapropriação, assim este imóvel foi transferido para ativo mantido para venda.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos disponíveis para venda compreendiam:

	2013	2012
Custo do ativo mantido para venda	552.112	3.093.794
(-) Depreciação acumulada	(236.011)	(1.847.010)
	316.101	1.246.784

	2013				
	Saldo inicial em 2012	Transf. do imobilizado	Transf. para imobilizado	Baixa	
Custo do ativo mantido para venda	3.093.794	552.112	(3.077.039)	(16.755)	552.112
(-) Depreciação	(1.847.010)	(236.011)	1.830.255	16.755	(236.011)
Total	1.246.784	316.101	(1.246.784)	-	316.101

10 Contas de poupança - aportes de padrinhos

	2013	2012
Contas de poupança – ativo	2.420.793	2.488.363
Contas de poupança – passivo	2.420.793	2.488.363

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por tratar-se de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registradas por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

11 Propriedades para investimento

	Nota	2013	2012
Saldo em 1º Janeiro		1.429.419	1.952.619
Transferência para ativo imobilizado	12	<u>-</u>	<u>(523.200)</u>
Saldo em 31 de dezembro		<u>1.429.419</u>	<u>1.429.419</u>

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexando a inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição. O valor justo é apurado somente para divulgação.

Em 31 de dezembro de 2013 os valores justos das propriedades para investimento compreenderam:

Localidade do imóvel	Taxa a.a. %	2013			
		Custo	Depreciação	Líquido	Valor justo
Brasília	10%	1.085.559	(382.209)	703.350	5.564.948
Goioerê	10%	249.514	(90.046)	159.468	3.642.567
Manaus	10%	157.468	(31.493)	125.975	372.562
Paraíba	10%	186.918	(69.345)	117.573	805.140
Juiz de Fora	10%	137.327	(23.580)	113.747	592.515
São Bernardo do Campo	10%	184.006	(73.602)	110.404	1.612.800
Jacarepaguá	10%	153.505	(54.603)	98.902	915.711
Bahia	10%	8.795	(8.795)	-	1.798.423
Total		<u>2.163.092</u>	<u>(733.673)</u>	<u>1.429.419</u>	<u>15.304.666</u>

O valor de lucros de renda de propriedades para investimentos reconhecidas no resultado é de R\$ 850.963 (R\$ 631.350 em 2012).

12 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação em 31 de dezembro de 2013

Descrição	Custo inicial	Adições	Baixas	Transferência para Ativo mantido para venda	Transferência do Ativo mantido para venda	Custo
Custo						
Terrenos	1.646.354	-	(1.250.000)	-	-	396.354
Edifícios	17.642.470	-	(550.305)	(552.112)	3.077.039	19.617.092
Móveis e utensílios	837.483	129.335	(89.042)	-	-	877.776
Veículos	947.343	242.402	(86.841)	-	-	1.102.904
Equipamentos e computadores	3.025.425	260.256	(240.167)	-	-	3.045.514
Construções em andamento	1.704.657	120.076	-	-	-	1.824.733
Total	25.803.732	752.069	(2.216.355)	(552.112)	3.077.039	26.864.413

Descrição	Depreciação inicial	Adições	Baixas	Transferência para Ativo mantido para venda	Transferência do Ativo mantido para venda	Depreciação
Depreciação						
Edifícios	(3.095.601)	(201.117)	40.468	236.011	(1.830.255)	(4.850.494)
Móveis e utensílios	(439.359)	(68.720)	66.885	-	-	(441.194)
Veículos	(635.905)	(133.624)	86.841	-	-	(682.688)
Equipamentos e computadores	(1.423.246)	(434.470)	152.056	-	-	(1.705.66)
Total	(5.594.111)	(837.931)	346.250	236.011	(1.830.255)	(7.680.036)

Saldo líquido	20.209.621	(85.862)	(1.870.105)	(316.101)	1.246.784	19.184.337
---------------	------------	----------	-------------	-----------	-----------	------------

Movimentação em 31 de dezembro de 2012

Descrição	2012						
	Custo inicial	Adições	Baixas	Transferências construções em andamento	Transferência Propriedade para investimento	Transferência Ativo mantido para venda	Custo
Custo							
Terrenos	1.647.654	-	(1.300)	-	-	-	1.646.354
Edifícios	18.696.627	62.500	(517.423)	1.840.560	654.000	(3.093.794)	17.642.470
Móveis e utensílios	935.039	126.899	(249.918)	25.463	-	-	837.483
Veículos	930.436	128.215	(111.308)	-	-	-	947.343
Equipamentos e computadores	3.243.513	362.957	(632.980)	51.935	-	-	3.025.425
Construções em andamento	2.819.790	802.825	-	(1.917.958)	-	-	1.704.657
Total	28.273.059	1.483.396	(1.512.929)	-	654.000	(3.093.794)	25.803.732

Descrição	2012						
	Depreciação inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência Propriedade para investimento	Transferência Ativo mantido para venda	Depreciação
Depreciação							
Edifícios	(4.998.863)	(203.298)	390.350	-	(130.800)	1.847.010	(3.095.601)
Móveis e utensílios	(573.143)	(78.898)	212.682	-	-	-	(439.359)
Veículos	(550.632)	(143.817)	58.544	-	-	-	(635.905)
Equipamentos e computadores	(1.555.787)	(424.710)	557.251	-	-	-	(1.423.246)
Total	(7.678.425)	(850.723)	1.218.827	-	(130.800)	1.847.010	(5.594.111)

Saldo líquido	20.594.634	632.673	(294.102)	-	523.200	(1.246.784)	20.209.621
---------------	------------	---------	-----------	---	---------	-------------	------------

O saldo de construções em andamento refere-se basicamente a recursos que estão sendo destinados a reforma de 9 imóveis de casas lares localizadas em Porto Alegre.

O valor total deste projeto é de aproximadamente R\$ 1.200.000, e todo o recurso utilizado neste projeto está sendo doado pela SOS Noruega.

13 Salários, férias e encargos a pagar

	2013	2012
Salários e ordenados a pagar	8.945	8.871
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.776.903	1.627.400
	1.785.848	1.636.271

14 Subsídios governamentais

Durante o ano de 2013, a Associação firmou novas parcerias e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a CPC 07, subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo é assim apresentado:

	2013	2012
Esfera Municipal		
Prefeitura Municipal de São Paulo	375.622	241.181
Prefeitura Municipal de Campinas	296.287	122.642
Prefeitura Municipal de Rio Claro	212.777	-
Prefeitura Municipal de Caiçó	165.653	179.815
Prefeitura Municipal de Natal	128.578	70.000
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	119.445	120.836
Prefeitura Municipal de Ubatuba	111.380	21.445
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	93.892	46.039
Prefeitura Municipal de Santa Maria	71.135	31.380
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	66.731	-
Prefeitura Municipal de Charqueada	52.713	-
Prefeitura Municipal de Poá	51.331	-
Prefeitura Municipal de Pirassununga	45.288	-
Prefeitura Municipal de Lorena	42.438	-
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	34.053	11.107
Prefeitura Municipal de Carpina	29.814	110.884
Prefeitura Municipal de Ipeúna	9.931	-
Prefeitura Municipal de Igarassu	4.881	39.681
Prefeitura Municipal de Recife	-	17.282
	1.911.947	1.012.292
Outros convênios		
Esfera Estadual	264.180	138.583
Esfera Federal	8.980	5.500
	273.160	144.083
Outros		
Petrobrás	405.733	-
Fundação Telefônica	371.588	-
Merck Brasil	255.000	-
White Martins	110.467	-
Outros	-	63.004
	1.142.789	207.087
Total	3.327.896	1.219.379

15 Receita diferida

	2013	2012
Receita diferida curto prazo (Obras)	740.210	138.216
Receita diferida curto prazo (Depreciação)	129.513	175.742
Receita diferida longo prazo (a)	6.495.825	7.346.405
	7.365.548	7.660.363
Passivo circulante	869.723	313.958
Passivo não circulantes	6.495.825	7.346.405

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

As principais obras realizadas com recursos vinculados provenientes de entidades relacionadas no exterior foram:

	2012	Depreciação	Baixa	Transferência para o circulante	2013
Igarassu	3.959.830	(75.174)	-	(75.174)	3.809.482
Brasília	897.427	-	-	-	897.427
Manaus	604.497	(17.123)	-	(17.123)	570.251
Engenho do Meio	569.038	(23.713)	(545.325)	-	-
João Pessoa	173.767	(8.706)	-	(8.706)	156.355
Construções em andamento	1.141.846	(51.026)	-	(28.510)	1.062.310
	7.346.405	(175.742)	(545.325)	(129.513)	6.495.825

16 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para contingências nos exercícios de 2013 e 2012 são apresentadas a seguir.

	2012	2013		
	Saldo Inicial	Adição	Reversões e pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	463.502	373.377	(614.961)	221.918
Tributária				
INSS	1.320.424	132.042	-	1.452.466
Taxa de lixo	44.032	79.179	-	123.211
	<u>1.827.958</u>	<u>584.598</u>	<u>(614.961)</u>	<u>1.797.595</u>

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

- **INSS quota patronal** - As contingências tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável.
- **Ativo contingente** – A Associação vem discutindo na justiça junto a Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro ação ordinária de inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU nos exercícios de 1994 a 1999, reivindicando a devolução das quantias recolhidas. A ação foi transitada em julgado sendo reconhecida a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU condenando o Município do Rio de Janeiro a restituir os montantes pagos pela Associação. Apesar de transitado em julgado nenhum ativo foi reconhecido, nesse momento. O valor em discussão ainda está sendo apurado, foi contratada empresa especializada para emissão de laudo para atestar o valor do reembolso, o qual não pode ser estimado nesse momento.

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido de trabalhista em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.139.892 (R\$ 1.516.315 em 2012) de tributária é de R\$ 140.902 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 655.058 em 2012) de cível é de R\$ 215.063 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 482.947 em 2012).

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

18 Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS – Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2013 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 14.688.312 (R\$ 13.379.231 em 2012). Os valores recebidos nos exercícios de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

	2013	2012
Receitas com doações de partes relacionadas:		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	11.728.743	11.130.948
SOS – Kinderdorpen	1.180.466	1.392.073
SOS – UK	361.262	80.390
SOS – Suíça	302.378	269.466
SOS – Dinamarca	114.039	46.948
SOS - Bélgica	61.840	-
SOS - Noruega	71.638	-
SOS – Suécia	53.574	147.604
SOS - Estados Unidos da América	8.708	159.773
Outras	805.664	152.029
	<u>14.688.312</u>	<u>13.379.231</u>

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2013, a Associação possui R\$ 7.365.548 (R\$ 7.660.363 em 2012) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na nota explicativa 15).

Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19 Receita

	2013	2012
Doações internacionais:		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	11.728.743	11.130.948
Padrinhos Viena	3.935.259	3.595.591
SOS – Kinderdorpen	1.180.466	1.392.073
SOS – UK	361.262	80.390
SOS – Suíça	302.378	269.466
SOS – Dinamarca	114.039	46.948
SOS - Bélgica	61.840	-
SOS - Noruega	71.638	-
SOS – Suécia	53.574	147.604
SOS - Estados Unidos da América	8.708	159.773
Outras	805.664	152.029
Total de doações internacionais	18.623.571	16.974.822
Subsídios governamentais:		
Municipais		
Prefeitura Municipal de São Paulo	1.917.848	1.278.902
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	983.260	869.178
Prefeitura Municipal de Campinas	924.377	940.467
Prefeitura Municipal de Natal	698.747	480.553
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	686.209	376.426
Prefeitura Municipal de Rio Claro	629.665	-
Prefeitura Municipal de São Bernardo dos Campos	493.501	540.127
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	443.932	686.786
Prefeitura Municipal de Poá	443.217	190.752
Prefeitura Municipal de Santa Maria	323.917	-
Prefeitura Municipal de Ubatuba	269.945	337.204
Prefeitura Municipal de Caicó	213.635	312.981
Prefeitura Municipal de Igarassu	112.341	-
Prefeitura Municipal de Ipeúna	100.930	-
Prefeitura Municipal de Charqueada	93.535	-
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	86.968	-
Prefeitura Municipal de Carpina	48.962	-
Prefeitura Municipal de Mossoró	39.465	67.064
Prefeitura Municipal de João Pessoa	28.636	-
Outras	3.165	420.170
Estaduais	658.780	637.386
Federais	519.168	76.511
Total de subsídios governamentais	9.720.203	7.214.507
Doações nacionais:		
Empresas	1.016.090	942.458
Amigos	1.154.657	1.031.751
Heranças e legados	286.690	5.678.981
Eventos e produtos	214.315	211.474
Mercadorias	94.984	131.470
Outras doações	316.193	372.459
Total de doações nacionais	3.082.929	8.368.593

20 Despesas com pessoal

	2013	2012
Salários e encargos sociais	(15.338.861)	(16.402.562)
Benefícios	(1.740.001)	(1.821.232)
Indenizações	(1.471.994)	(793.699)
	(18.550.856)	(19.017.493)

21 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Despesas com alimentação	(2.328.274)	(2.841.596)
Serviços de terceiros	(1.803.874)	(1.721.981)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.788.590)	(1.953.943)
Membresia SOS (a)	(1.992.783)	-
Manutenção, conservação e reparo	(1.376.643)	(1.261.060)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.345.865)	(1.765.492)
Veículos e conduções	(1.300.117)	(1.223.913)
Publicidade e comunicação	(1.261.259)	(386.334)
Aluguéis	(1.005.627)	(1.028.316)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(590.362)	(712.423)
Constituição e reversão de provisão para contingências	(584.598)	(272.288)
Despesas com casa lar	(333.800)	(439.822)
Consultoria	(169.036)	(95.035)
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(98.969)	(596.382)
Outras	(443.798)	(489.508)
	(16.423.595)	(14.788.093)

- (a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2013 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras.

22 Outras receitas operacionais, líquidas

	2013	2012
Receita na venda de ativo imobilizado	2.332.718	869.486
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(1.870.105)	(294.102)
	462.613	575.384

Do montante de R\$ 2.332.718 em 2013 o montante de R\$ 2.250.000 refere-se a venda de um terreno e um imóvel, conforme mencionado na nota explicativa nº 8. O restante do saldo de receitas refere-se a outras vendas do ativo imobilizado.

23 Receita financeira

	2013	2012
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	373.458	266.559

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.941.975	2.626.128
Recursos vinculados a projetos	5	<u>3.332.396</u>	<u>1.149.379</u>
		<u>6.274.371</u>	<u>3.775.507</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2013 saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos de R\$ 6.274.371 frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 6.240.221 o que representa uma liquidez livre de R\$ 34.153 (liquidez livre de R\$ 212.171 em 2012).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 110.359 em 31 de dezembro de 2013, não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 – nível 2:

	2013	2012
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicação financeira	5.589.089	2.821.587

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por : Seguros Equipamentos (Danos Morais e Coberturas): R\$ 143.219 e Frota Segurada (Danos morais, materiais, morte e invalidez): R\$ 7.126.000 para a Associação.

26 Imunidade Tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades: reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1995 e com renovação da certidão válida até 30 de setembro de 2014, Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451 de 20 de janeiro de 2014, renovado em 22 de novembro de 2013; Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 2.075 de 28 de dezembro de 1993 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos através da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, as entidades passaram a prestar contas ao Conselho Municipal de sua sede – no caso Conselho Municipal de Assistência Social – SP com validade até 14 de abril de 2014); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – SP – com validade até 13 de agosto de 2015, Certidão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC nº 1763/2011) emitido em 22 de dezembro de 2011 e Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2014.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2010. Conforme previsto no art. 8 do Decreto n.º 7.237 de 20 de julho de 2010, e considerando que a Associação protocolou tempestivamente o pedido de renovação do referido certificado, o mesmo serve como prova legal de certificação para todos os fins legais.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 35.852.737 em 2013 (R\$ 34.273.952 em 2012), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 3.109.410 em 2013 (R\$ 3.278.059 em 2012).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

27 Renúncia fiscal

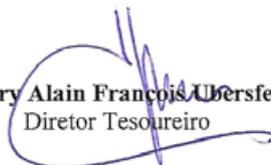
Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo).
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2013 foi de R\$ 1.613.883 de ISS; R\$ 209.805 de PIS; R\$ 968.330 de COFINS e zero de IRPJ e CSSL (R\$ 1.659.464 de ISS; R\$ 215.730 de PIS; R\$ 995.678 de COFINS e zero de IRPJ e CSSL em 2012).



Paulo Gato de Castro Júnior
Diretor Presidente



Henry Alain François Ubersfeld
Diretor Tesoureiro



Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional



Rosenilda Oliveira de Araújo
CRC 1SP221518/0-3